

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 143, DE 2019

Acrescenta o artigo 3º-A à Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que "dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências ", para determinar que estabelecimentos privados que comercializam bens e serviços, nos quais haja grande circulação de pessoas, disponibilizem atendimento presencial por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Autora: Deputada RENATA ABREU

Relator: Deputado GUIGA PEIXOTO

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que cria dispositivo na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para que os estabelecimentos privados, com grande circulação de pessoas, que comercializem bens e serviços, como supermercado e *shopping center*, ou realizem grandes eventos, devem disponibilizar atendimento presencial por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Justifica a ilustre Autora que a iniciativa visa assegurar uma comunicação eficiente e a ampliar a inclusão dos portadores de deficiência auditiva, inclusive, e principalmente, na condição de consumidores.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Constituição e Justiça e de Cidadania, e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De início, convém ressaltarmos que somos a favor a toda iniciativa que propicie efetivamente a real integração de pessoas portadoras de deficiência, porquanto que esta parcela cidadã compõe-se importante matiz social como um todo.

A integração e promoção das pessoas com deficiência à vida comunitária encontra dificuldades, muitas vezes, em questões que envolvem a comunicabilidade. No viés de suplantar este óbice à comunicação entre as pessoas, expressiva parcela dos portadores de deficiência auditiva aprendem a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

No que tange à discussão de mérito nesta Comissão, tem-se como princípio basilar a nortear a análise de proposições o fundamento de que qualquer intervenção do Poder Público na atividade privada deve-se justificar pelo equilíbrio entre os ganhos sociais daí decorrentes e o custo privado imposto aos participantes da atividade regulada.

O projeto de lei em comento, ainda que seja inspirado nas mais nobres intenções de melhorar as condições de comunicação dos portadores de deficiência auditiva, impõe exigências de difícil aplicação e fiscalização, além de representar um significativo custo para o comércio em geral. Ademais, faz uso de conceitos vagos, o que dificultaria o cumprimento da norma.

De fato, a generalização da expressão “*grande circulação de pessoas*”, torna indefinido os limites do seu enquadramento, bem como, quem estará obrigado ou não a adotar as providências exigidas. Por outro lado, a especificação “*supermercados e shopping centers*” inclui grande variedade de estabelecimentos comerciais, de diferentes portes e capacidades econômicas, que terão que fazer face aos custos induzidos. Outrossim, não há clareza sobre o que significa objetivamente a expressão “*grandes eventos*”.

Além das indefinições supramencionadas, que trarão grandes dificuldades para a fiscalização das disposições, há aspectos econômicos a serem questionados.

Primeiro, há muito mais estabelecimentos comerciais do que profissionais especializados no mercado, o que geraria escassez e elevação de custos de contratação da mão-de-obra qualificada. É difícil mensurar quantos estabelecimentos se encontrarão em situação irregular justamente por não encontrar profissionais a fim de satisfazer esta exigência.

Da mesma forma, não há como prever se a contratação em larga escala desta classe laboral realmente irá satisfazer as necessidades dos portadores de deficiência, bem como a forma que se dará a fiscalização da contratação e qualidade do serviço prestado.

Dentre tantas imprecisões, o certo é que os custos desta proposta ou seriam repassados ao consumidor, ou afetariam a capacidade de geração de renda e emprego dos negócios, trazendo prejuízo para outros empregos não relacionados.

Além disto, exigências desta natureza e custo, focadas em um grupo específico de deficientes e em uma modalidade específica de comunicação interpessoal, traria dificuldades futuras para o atendimento de outros grupos que se sentiriam discriminados por não obterem acessibilidade diferenciada.

A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como meio oficial de comunicação e expressão com o advento da Lei nº 10.436 de 2002, deixando claro que é necessário a existência de atendimento aos portadores de deficiência auditiva por meios adequados, sem contudo, restringir-se estritamente ao uso de Libras.

Isto porque, sabidamente o legislador foi sensível a reconhecer que, embora grande parcela daqueles que possuem deficiência auditiva sejam habilitado a se comunicar através de Libras, existe outra parcela que prefere se comunicar por outros meios mais modernos e tão efetivos quanto.

Nesse esteio, é oportuno trazer à baila a experiência de outro país nesta seara. Nos Estados Unidos da América, no tocante à política

pública de acessibilidade, a Lei dos Americanos Portadores de Deficiência Física (*Americans with Disabilities Act* - ADA) determina a obrigatoriedade de se viabilizar a comunicação aos pacientes portadores de deficiência sem se determinar por qual meio, ficando a cargo da instituição decidir qual ou quais métodos serão mais adequados. Em razão do alto dispêndio e da dificuldade de se dispor de intérpretes profissionais em tempo integral, foi desenvolvido, com resultados satisfatórios, softwares e aplicativos que proporcionam a comunicação adequada e imediata.

Com efeito, aprovar a propositura em tela restaria por engessar o empresariado numa obrigação que seria satisfatória momentaneamente, mas que no decorrer dos anos o impediria de empregar diversos recursos mais simples, baratos e efetivos que certamente serão desenvolvidos em curto e médio prazo.

Assim, do ponto de vista econômico, entendemos que a iniciativa trará mais custos do que benefícios para a sociedade, em razão do significativo impacto econômico no segmento comercial, além de conceber relativamente um benefício fugaz às pessoas com deficiência auditiva.

Diante do exposto, **votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 143, de 2019.**

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado GUIGA PEIXOTO
Relator